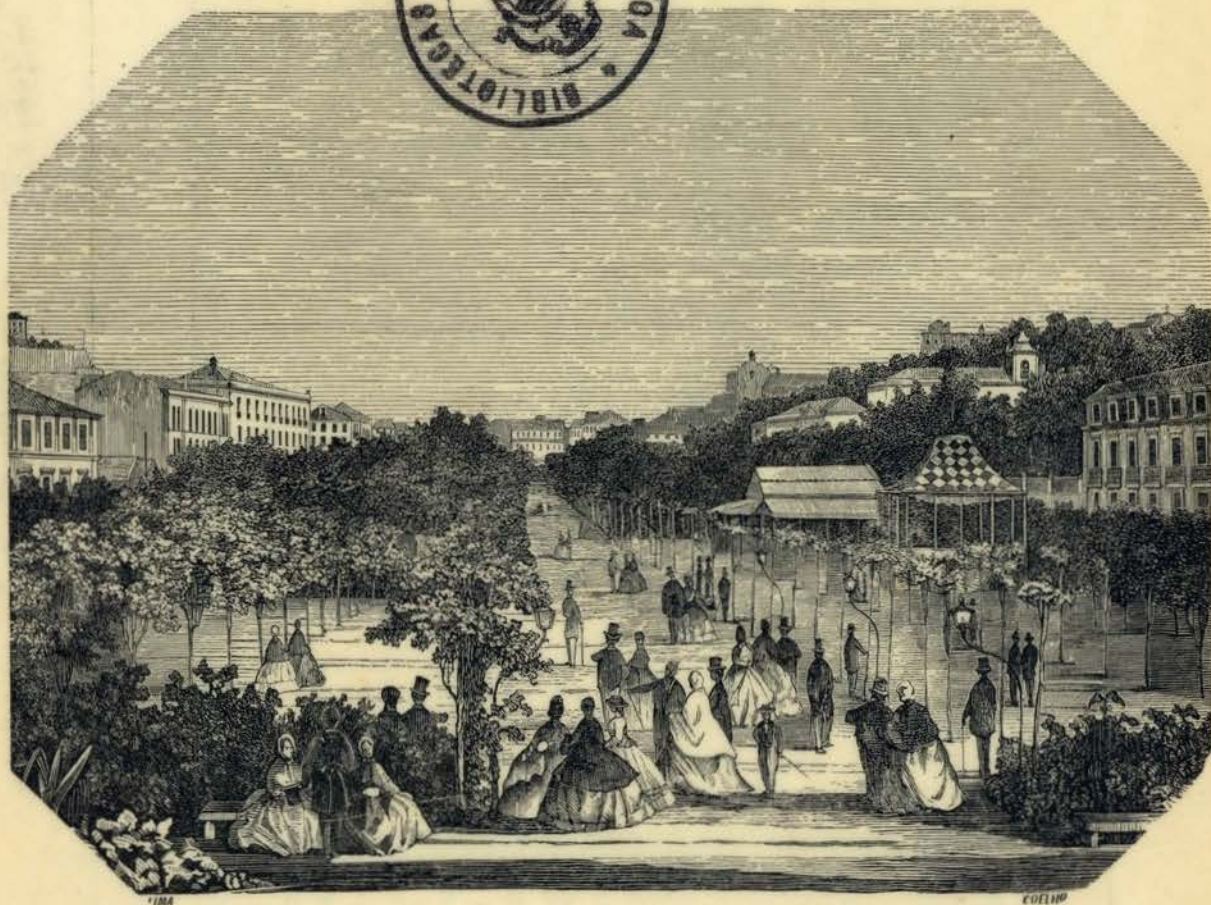


OLISIPO

Boletim Trimestral do

GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"



Ano XXI
N.º 83



JULHO
1958

SEGURO POPULAR DE VIDA



50,00

POR MÉS PERMITEM-LHE EFEC-
TUAR UM SEGURO POPULAR
DE VIDA

QUANDO OS GANHOS SÃO
REDUZIDOS É DIFÍCIL POUPAR

NESTE CASO O

SEGURO POPULAR DE VIDA

PELA MODICIDADE DO SEU
CUSTO PODE SATISFAZÊ-LO

O mealheiro

GUARDA AS MOEDAS;
O SEGURO POPULAR DE VIDA

É O SEU MELHOR
MEALHEIRO



COMPANHIA
DE SEGUROS

R. GARRETT, 56 LISBOA

IMPÉRIO

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7

Telef. 21368 - 21227 - 30054 — LISBOA

COMPRAMOS

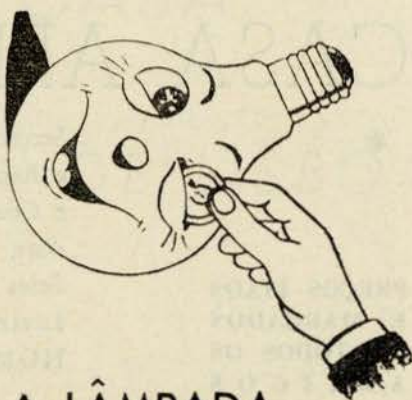
LIVROS DE BONS
AUTORES

—
Grandes e pequenas
quantidades

—
LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58

Telef. 2 8663 LISBOA



A LÂMPADA
LUMIAR

ENSINA A POUPAR

PAPELARIA
CARLOS

Rua do Ouro, 34, 38

Telef. 2 02 44

Teleg. PAPELCAR

LISBOA

CARLOS FERREIRA, LDA.

Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

—
Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

« PEREGRINAÇÕES EM LISBOA »

a afamada obra do saudoso escritor

NORBERTO DE ARAÚJO

com ilustrações de Martins Barata. 15 tomos a 12\$00 cada um.

Encadernada, em 3 volumes, em percalina 350\$00, em pele 500\$00

Edição de

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

LISBOA

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvária, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**Rua Augusta, 161 - Telef. 2 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

●
**Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

B. DIAS & DIAS, LDA.

OFICINA DE TORNEIRO DE METAIS

INSTALAÇÕES PARA ÁGUA E GÁS

Retretes de luxo nacionais e estrangeiras. Autoclismos de vários sistemas. Lavatórios e banheiras de esmalte e zinco, esquentadores a gasolina e gás, Candeeiros para

gás e electricidade, camisas e chaminés de todas as qualidades. Lava louças e todos os artigos referentes a folha branca. Colocação de bombas e consertos.

Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua indústria

Rua Nova da Trindade, 11-F Telef. 22648 • LISBOA



SANTA CASA
DA
MISERICÓRDIA DE LISBOA



L O T A R I A
E X T R A Ç Õ E S
S E M A N A I S

PRÉMIOS MAIORES

1 0 0 0 C O N T O S

2 0 0 C O N T O S

1 0 0 C O N T O S

5 0 C O N T O S

Os lucros líquidos revertem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e demais instituições de assistência pública, nos termos da legislação em vigor

Porcelanas da
VISTA ALEGRE

. . . apreciadas pelos Lisboetas de bom gosto há mais de



UM SÉCULO

Largo do Chiado, 18 • Rua Ivens, 19 • LISBOA

Este ...



é um dos famosos frigoríficos

ELECTROLUX

•
*PETRÓLEO
ELECTRICIDADE
GASCIDLA*

•
10 ANOS
De Garantia
Assistência permanente

•
LISBOA

R. Pascoal de Melo, 7 Tel. 56115
R. 1.º de Dezembro, 120-B Tel. 28246

OURIVESARIA DA GUIA

fundada em 1875

•
**JOIAS - OURO
PRATA - RELÓGIOS**

Na sua nova Sede: Rua Dom Duarte, 4-B - Tel. 863936 - LISBOA

Oferta

27. JUL. 1988

M.

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXI

JULHO 1988

NÚMERO 83

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 2 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita



SUMÁRIO

	Pág.
† DIAMANTINO TOJAL, PARDAL MONTEIRO E EDUARDO PORTUGAL ...	121
A QUINTA DA TORRINHA, NO VALE DE PEREIRO pelo <i>Dr. Ruy Travassos Valdez</i>	123
A PROPÓSITO DA INSCRIÇÃO SEPULCRAL DO FUNDADOR DA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA DE LISBOA por <i>Mário de Sampayo Ribeiro</i>	133
SANTO ANTÓNIO NUM REGISTO DE AZULEJOS PINTADO POR JÚLIO DE CASTILHO por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	142
AS BARREIRAS DE LISBOA NO SÉCULO XVIII por <i>Carlos Alberto Lopes Teixeira</i>	147
ACTIVIDADE CULTURAL no trimestre passado	151
ALGUMAS EDIÇÕES da Câmara Municipal de Lisboa	154
CAPA. O Passado Público	

Distribuição gratuita a todos os sócios
Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

OLISIPO

WOLFFEN BUTTERFLY

OLISIPO

OLISIPO

OLISIPO



OURIVESARTS OF GUIA

OURIVESARTS OF GUIA



Diamantino
TOJAL



Pardal
MONTEIRO



Eduardo
PORTUGAL

Mais três colaboradores que nos deixaram. O Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, sócio n.º 258, falecido em Novembro de 1957, Professor de Architectura em várias escolas, entre elas o Instituto Superior Técnico, foi desde 1949 membro da nossa Secção de Estudos de Estética e Urbanização; Diamantino Francisco Tojal, sócio n.º 109, falecido em Fevereiro passado, construtor civil diplomado a quem a cidade muito fica devendo pelas importantes obras que nela construiu, foi membro da nossa Junta Directiva durante o triénio de 1952-54; e Eduardo Macedo d'Elvas Portugal, sócio n.º 1000, falecido em Junho último, membro da nossa Secção de Movimento Cultural e Propaganda desde 1955, sempre assíduo e solícito, colaborador eficiente das nossas exposições e colóquios, apresentando sempre do seu rico espólio — que Deus preserve para que se não disperse — espécies curiosas e apreciadas.

Deus os tenha em paz.

A QUINTA DA TORRINHA AO VALE DE PEREIRO

por RUY TRAVASSOS VALDEZ

Os lisboetas das gerações mais novas, quando olham para a vasta área ajardinada e arborizada do Parque Eduardo VII, com a sua grande tira de relva ao centro, a Estufa Fria e os trechos arborizados que circundam lagos com cisnes em torno dos quais as crianças brincam sob o olhar das mães ou das *nurses*, o Pavilhão dos Desportos e ainda a Avenida Sidónio Pais, flanqueada de prédios de luxo, dificilmente podem imaginar o conjunto rústico de quintas e terras de sementeira, olivais e velhos casarões de tipo arrabaldino que se estendiam entre a Rua de Artilharia Um e o caminho de Andaluz até São Sebastião da Pedreira.

Dentre essas casas edificadas nas várias quintarolas chamava as atenções a «Torrinha» não por grandiosa ou de magnificante porte ou estilo, mas pela particularidade de ter, como parte destacada, a flanco dumas casitas modestas uma torre octogonal, rasgada de janelas em dois pisos acima do rés-do-chão, coberta por um telhado em forma de pirâmide também octogonal e toda ela pintada de cor-de-rosa, constituindo um traço fisionómico muito característico de paisagem lisiponense.

Mereceu a Torrinha larga referência de Matos Sequeira em *Depois do Terramoto* onde o mestre olisipógrafo fixou algumas efemérides da dita casa.

A circunstância de terem esta e a respectiva quinta sido propriedade de família nossa, despertou-nos especial interesse por essa graciosa habitação e sua história.

Não nos foi possível achar a data da sua edificação, seguramente do século XVIII, mas, consultando os livros de décimas da cidade, hoje

no Arquivo do Tribunal de Contas, ajudados pela muita amabilidade do Senhor Luís de Bivar Guerra, funcionário superior do dito Tribunal, e estudioso consagrado de assuntos históricos, pudemos verificar que em 1764 eram a quinta e casas da Torrinha pertença de Luís da Fonseca Claro, oficial da Secretaria do Tabaco, sendo as ditas casas descritas como constando de «lageas e sobrados» e o seu rendimento avaliado em 36\$000 réis.



A Torrinha — pintura a óleo na posse do autor

Em 1780 já aparecem as ditas casas e quinta como propriedade de Manuel da Fonseca Claro, sargento-mor.

Sobre estes dois personagens procurámos obter alguns dados e, ao folhear o índice de habilitações *de genere* para Familiares do Santo Officio, encontrámos estes dois nomes e consultámos os respectivos processos. Embora não estejamos de posse de um elemento decisivo de identificação, a igualdade dos nomes e a época tornam muito provável que os dois sucessivos proprietários da Torrinha tenham sido os dois habilitandos dos processos consultados.

A inquirição referente a Luís da Fonseca Claro ⁽¹⁾ (maço 18, diligência 389) diz-nos que o referido foi escrivão dos direitos reais no Almojarifado e Casa da Portagem, filho legítimo de António da Fonseca Curado, também familiar e de Maria Madalena. Foi apro-

(1) Torre do Tombo — Santo Officio — Habilitações de genere

vado como familiar a 13-8-1737. Quanto a Manuel da Fonseca Claro, era em 1746 (ano da habilitação) estudante de Coimbra e irmão inteiro do precedente tendo a residência em Lisboa com seu pai o referido António da Fonseca Curado, mestre alfaiate (familiar em 1704), sendo este filho de Manuel Curado, de Pombal, e residente na freguesia de S. Nicolau de Lisboa onde o dito Manuel da Fonseca Claro foi baptizado a 26-10-1726. Os pais moravam no Beco da Regalada.

Embora não possamos ser formalmente afirmativos, parece-nos provável serem estes dois irmãos, os mesmos que em época mais avançada da vida, e já com meios de fortuna fossem os dois donos da propriedade citados nos livros de décima.

Prosseguindo ao longo destes a inquirir a história da quinta vemos que em 1791 o dono é ainda o mesmo e ao falar-se das confrontações da quinta diz-se confinar com o olival e terras de Lázaro Verde. Sobre este antepassado do poeta Cesário Verde, dá Matos Sequeira várias informações na obra já referida.

Em 1801 já a décima é lançada em nome de «Herdeiros de Manuel da Fonseca Claro». Não conseguimos apanhar o assento de óbito deste na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, sendo possível que falecesse noutro sítio. A propriedade é ali descrita como constando de casas e quinta e terras de semear, foreira aos padres de S. Domingos desta cidade em 1\$500 réis, e uma galinha ou 360 réis que importa em 1\$860 réis: ao Real Mosteiro de Santos em 200 réis em dinheiro e quatro canadas de azeite que tudo importa em 632 réis e a terra à Basílica de Santa Maria, em 80 réis e um frango ou 50 réis o que faz 130 réis. Ao todo os foros importam em 2\$622 réis.

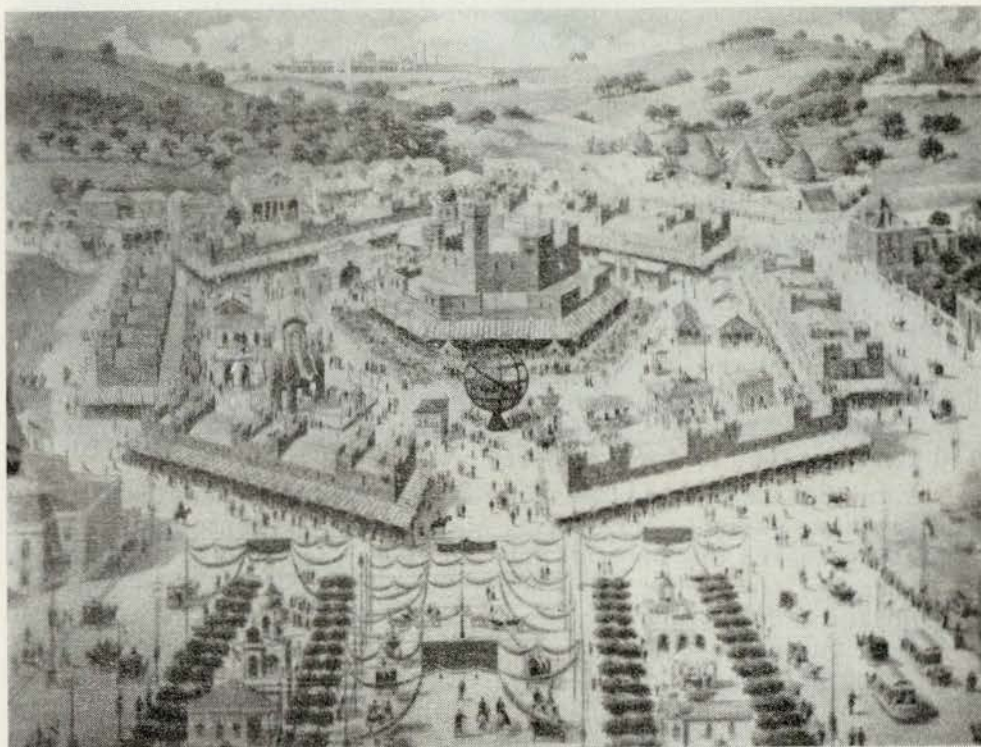
Em 1801 a propriedade aparece em nome de um certo José Joaquim (que supomos ser um dos herdeiros do sargento-mor) e neste nome se conserva uns anos até que em 1806 já é seu dono José Maria de Michellis, piemontês, cujo nome é grafado ali *Miqueles* terceiro avô do autor destes apontamentos. Na descrição desse ano repete-se a notícia dos mesmos foros e diz-se constar: a) de casas e quintalão que traz de renda *hum Milord inglez* com um rendimento de 300\$000 réis; b) uma divisão do quintalão com o rendimento de 48\$000 réis; c) as casas da *Torrinha ao senhorio* ou seja por este habitadas com o rendimento de 24\$000 réis. A soma é de 324\$000 réis donde, deduzido o valor dos foros que era, como ficou dito de 2\$622 réis, ficam 321\$378 réis.

No livro da décima de 1818 (ano do falecimento de José Maria de Michellis) ainda estava a *Torrinha* averbada ao mesmo, dando-se nota dos valores locativos e inquilinos que eram:

- 1.º — Quarto nobre a José Caetano Colaço, Oficial do Erário por 76\$000 réis.

- 2.º — Dito «inseparado» (sic) ao Major do n.º 16 (leia-se do Regimento de Infantaria 16 aquartelado em Vale de Pereiro) 86\$000 réis.
- 3.º — Parte alugada a Maurício José de Sousa por 43\$200 réis.
- 4.º — Ao dono, por 28\$000 réis.

Quinta de horta e parreiras avaliada ao dono pelo preço médio a 60\$000 réis, de que «deduzindo metade» (cálculo para a décima) é, líquido 30\$000 réis.



A Feira Franca na Avenida da Liberdade

(litografia colorida do princípio do século XX)

Vê-se no ângulo superior direito a Torrinha, dando a sua localização em relação à Penitenciária

Em 1819 há alterações nos inquilinos: os 2.º e 3.º atrás citados estão devolutos e o 4.º (só no 2.º semestre) alugada a Jerónimo Pinto Ferreira por 21\$600 réis.

Em 1820 o 2.º, 3.º e 4.º estão devolutos no 1.º semestre, mas no 2.º semestre moram no 2.º o Major de Infantaria 16 (do *Almanaque de Lisboa* para esse ano constam os nomes de dois maiores desse Regimento: Thomas Smith e António Pedro de Brito (*) e no 3.º Joaquim Luís da Silva.

Em 1821 a situação não mudou. Em 1822 está o 1.º alugado ao mesmo Colaço, atrás mencionado; o 2.º a Guilherme Sudart por 57\$000 réis; o 3.º a António Emílio por 28\$000 réis e o 4.º ao dono. Este António Emílio do livro de décima é António Emílio de Michellis, filho mais novo de José Maria de Michellis o qual, mancomunado com sua mãe fez o possível para esbulhar da posse da quinta seu irmão primogénito Francisco António de Michellis, questão terminada em arrastado pleito judicial ganho por este último.

É só em 1833 que a Torrinha aparece nos referidos livros de décima a pertencer aos herdeiros de José Maria de Michellis estando então o 1.º quarto devoluto; o 2.º, nobre, alugado ao agente do Consulado Francês por 57\$000 réis; o 3.º aos donos pelo valor de 49\$000 réis, o 4.º a Nicolau António por 48\$000 réis e ainda um 5.º (antes não citado) a Guilherme Robert por 96\$000 réis.

Em 1834 (último ano de livro de décima no Tribunal de Contas) estavam o 1.º e o 2.º devolutos, o 3.º ocupado pelos donos; o 4.º por Vitorino António e o 5.º pelo mesmo Guilherme Robert.

No formal de partilhas por morte de José Maria de Michellis, ocorrida na Serra Negra de Piahuay (Brasil) em 1818, incluso nos autos dum processo entre D. Francisca Maria de Michellis e seu filho Francisco António de Michellis, perante o juízo da Conservatória Italiana, sendo então Juiz Conservador daquela Nação o Desembargador Joaquim de Magalhães e Meneses e escrivão do cível na mesma Conservatória José Henriques da Silva (Torre do Tombo, Feitos findos — diversos cartórios — maço 32, letra F). Extractámos o seguinte:

«José Henriques da Silva escrivão do Cível desta cidade e seu termo, por S. M. Fidelíssima, certifico que sou escrivão de uns autos que se intitulão assim «Execução de sentença de partilhas. Autor: Francisco Antonio de Michellis. Ré: D. Francisca Maria de Michellis.»

Em certa altura do longo arazoado jurídico, diz-se:

«A verba é do theor seguinte: ... por seis contos de réis haverá e lhe cabem por: Una quinta denominada da Torrinha, sita no limite de Vale de Pereiro, freguezia de São Sebastião da Pedreira a qual é situada ao nascente da estrada que ia para Entremuros tendo, á face desta estrada um portão que dá acesso a um primeiro plano de casas baixas e altas, tendo em baixo uma loja de entrada calçada de pedra meúda tendo na mesma uma cavaliça dividida com um tapume de madeira, tendo por cima da cavaliça um palheiro, tendo pela parte de fóra desta area uma casa

(*) Este último, mais tarde Barão de Caelea.

que serve de malta, e bem assim uma casa que serve para ter criação. Tem no plano alto da referida area um andar dividido em quatro casas, entrando cozinha e por cima tem uma agua-furtada com uma só casa, debaixo da perna do madeiramento.

Assim mais se compõe a sobredita quinta de outra propriedade dentro dela que tem em plano baixo uma casa que serve de cavalaria, tendo ao lado desta uma latrina, por cima desta tem mais uma casa, no mesmo plano tem mais trez casas, entrando cozinha e por cima destas uma agua-furtada com mais duas casas, debaixo da perna do madeiramento: é do que consta esta propriedade.

A fazenda da quinta que é unida á sobredita propriedade é composta de parreiras sobre pilares de alvenaria e cantaria com forquilhas de ferro, arvores de pevide e caroço, pomares d'espinho, canavial, terra de sementeira e para horta, tendo dois poços ambos com engenho real, sendo um dos mesmos poços coberto com um telheiro, tem tambem um pequeno tanque e suas pias de pedra, tendo mais seus socalcos de alvenaria para amparo dos ferros superiores de algumas partes.

Tem mais outra propriedade de casas dentro da mesma quinta, tendo em plano baixo uma pequena casa e uma cavalaria, tendo mais no mesmo seguimento trez casas em que entra cozinha, tendo tambem um sotão e por cima d'este uma casa, tem uma sacada de cantaria que sobe a uma varanda superior e tem outra varanda mais pequena; a pequena dá serventia a um pavimento de primeiro andar que anda por cima do pavimento baixo, sendo este andar feito á Romana, em fórma de mirante o qual é dividido em trez casas, entrando cozinha e por cima destas tem uma casa que toma toda a area.

Assim mais outra propriedade de casas dentro da mesma quinta, tendo em plano baixo á entrada um pequeno pateo com uma cavalaria, e quarto para creado e mais uma casa por cima em fórma de sotão. E tem por cima um andar dividido em mais trez casas e por cima uma agua-furtada.

É do que consta a referida quinta constituída por dois prazos sendo um foreiro ao convento de S. Domingos, de Lisboa em um cantaro e meio de azeite e uma galinha, com laudemio de décima e outro foreiro ao Convento das Comendadeiras de Santos, em quatro canadas de azeite e duzentos réis em dinheiro com laudemio de decima.

E, atendendo ao local, rende tudo 428\$000 reis e foi avaliada na referida quantia com a qual se sai, seis contos de réis.

E mais se não contem, etc, etc. a) *José Henriques da Silva.*»

Identifica-se perfeitamente nesta transcrição qual a Torrinha propriamente dita com o seu andar «feito á romana», em forma de mirante.

O proprietário José Maria de Michellis era, como se disse, piemontês e súbdito do rei da Sardenha. Baptizou todos os filhos na Igreja do Loreto, da Nação Italiana em Lisboa. Segundo os registos de baptismo dos ditos filhos teria ele nascido em Belgirate, sobre o Lago Maior, hoje provincia de Novara em Itália. Não nos foi possível, através de porfiadas diligências obter o seu registo de baptismo, mas segundo uma árvore genealógica antiga e parcialmente rasgada, em nosso poder por herança, teria nascido na referida localidade a 22 de Agosto de 1750, e ainda segundo os mesmos registos, na mesma freguesia teria casado a 22 de Setembro de 1771 com Françoise Marie des Bois, nascida esta em Bécherel (departamento de Ille-et-Vilaine

— Bretanha, França) a 8 de Dezembro de 1755, ali baptizada e filha do «noble homme» (3) Alain des Bois, «sieur» de Saint-Maurice e de sua mulher Marie Françoise Sèvegrand «demoiselle de La Chèze»

José Maria de Michellis foi morrer, como acima dissemos ao Brasil em 1818 e a sua viúva faleceu em Lisboa em 1830. Nada nos foi dado saber sobre a filiação de José Maria de Michellis, apesar de diligências feitas em Itália, mas através do referido processo de execução de partilhas sabe-se que foi *negociante rico e bem conhecido n'esta Côte* tendo tido entre outros negócios uma fábrica de preparação de plumas (então muito usadas em várias peças de indumentária) da qual deixou quotas a seus filhos. O valor computado oficialmente da sua herança foi de 25.720\$000 réis, importância considerável para a época e, no inventário faz-se referência a vários painéis de pintura italiana, reveladores de gostos cultos.



Ampliação da Torrinha na vista precedente

Foi primogénito de seus filhos Francisco António de Michellis (após litígio, proprietário da Torrinha), que como seu pai foi súbdito piemontês (registado nos antigos registos do Consulado de Itália) o qual nasceu a 16 de Novembro de 1791 e foi baptizado no Loreto a 2 de Fevereiro de 1792. Muito novo ainda assentou praça no exército português durante a Guerra Peninsular e fazendo parte da Guarda Real da Polícia, onde chegou a furriel, acompanhou o quartel-general

(3) O termo «noble homme» applicava-se a pessoas de pequena nobreza ou de burguesia distinta na localidade onde residiam.

de Beresford, às ordens do Quartel-Mestre General do Exército, tendo entrado em Espanha a 14 de Maio de 1813 e em França a 31 de Dezembro do mesmo ano, e permanecido em campanha até à batalha de Toulouse.

Das suas experiências e de tudo o que viu durante essa campanha, deixou um diário manuscrito, em nosso poder, o qual, se por um lado reflecte a extrema juventude do memorialista (v.g.: Biarritz: bains de mer. Jolies filles!), por outro é perfeitamente informativo sobre os movimentos do quartel-general e sobre as batalhas, vistas por um soldado pouco mais que adolescente que nelas tomou parte. Temos em mãos os atestados militares da sua boa conduta enquanto esteve no exército.

A 10 de Setembro de 1824 foi nomeado professor da Real Casa Pia de Lisboa, onde dirigiu a aula de ensino mútuo.

Nos anos de 1829-30 correram os aludidos litígios entre ele e sua mãe que lhe negara a posse da Torrinha, só entrando na plena posse dela depois dessa data e tendo encontrado a casa bastante devastada por seu irmão António Emílio, como represália da obrigação de a entregar.

Casou a 15 de Dezembro de 1817 com Françoise Hortense Mauperrin, que nasceu em Vannes (Bretanha, França) a 10 de Junho de 1798, filha de Jean Mauperrin, oficial do 15.º regimento de hussares do exército de Napoleão (nativo de Bar-sur-Aube, departamento do Aube, França), o qual depois da restauração dos Bourbons fora, como tantos outros, reformado, e de sua mulher Jeanne Françoise Le Lagadec (esta de Pontivy, Bretanha). Em dificuldades pecuniárias e com vários filhos, resolveu este vir para Portugal onde se lhe oferecia o apoio do Padre Paterne de Pontivy, tio de sua mulher, religioso e superior da comunidade dos Capuchinhos Franceses em Lisboa. Francisco António de Michellis morreu em 1859 roído de desgostos pois tendo tido numerosos filhos viu morrer vários deles uns após outros, em plena juventude, de tuberculose. Sobreviveram-lhe cinco dos quais o mais velho Alexandre de Michellis que nasceu a 31 de Julho de 1818 e faleceu a 24 de Outubro de 1866, foi notável artista desenhador-pintor e litógrafo.

É da sua autoria todo o trabalho litográfico com que ilustrou a obra de Carlos Ribeiro, intitulada: *Vues de la côte portugaise entre l'estuaire de la rivière de Maceira et Pedra do Frade, à l'ouest de Cezimbra*. Este trabalho foi reunido em volume e publicado em 1949 pelos Serviços Geológicos, sob a direcção do geólogo polaco Georges Sbyszewski em exercício na Direcção daqueles Serviços. Deixou também alguns bons retratos a óleo e ilustrou em litografia a cores o jornal de modas *O Correio das Damas*, publicado cerca de 1880. Alexandre de

Michellis também residiu na Torrinha casado com sua prima D. Virgínia de Michellis (filha do já citado António Emílio de Michellis) sem geração.

Dois outros filhos Alfredo e Eugénio casaram mas sem deixar geração (por ter morrido criança o único filho de Alfredo de Michellis) (por ter morrido criança o único filho de um deles Alfredo de Michellis), uma das filhas D. Emília, faleceu em avançada idade e outra filha D. Carolina Hortense foi, pelo seu casamento com António Ladislau Dique da Fonseca, a avó materna de quem escreve este artigo.

Dos dois outros filhos varões, António Emílio, já citado e Domingos Honorato, de José Maria de Michellis extinguiu-se a descendência e a única filha que teve, D. Ana Matilde, casou com Francisco António dos Santos, de quem teve numerosa geração. Entre os seus descendentes contam-se Carlos Eduardo Bleck, o notável aviador, os distintos oficiais coronel de estado-maior Joaquim Artur dos Santos Machado, seu irmão o major de engenharia Henrique Leão dos Santos Machado e ainda outro irmão o reitor liceal Alberto Óscar dos Santos Machado, desportista distinto, pai do diplomata Dr. Eduardo Machado, João Artur Pereira Caldas grande elegante e rico proprietário, o livreiro-erudito e escritor Manuel Caldas Cordeiro e muito outros. Entre as senhoras dela descendentes lembramo-nos de D. Mariana dos Santos, mulher do notável médico lisbonense Dr. Joaquim Alfredo dos Santos, a falecida mulher do banqueiro Dr. Emídio Guilherme Garcia Mendes, antigo deputado, e suas irmãs, e a mulher do actual Secretário Nacional da Informação Dr. César Henrique Moreira Baptista, D. Carolina Iniguês dos Santos, e ainda muitas outras pessoas de maior ou menor destaque social.

Depois da morte de Francisco António de Michellis veio a Torrinha a ser vendida pela sua viúva ao grande capitalista José Maria Eugénio de Almeida, proprietário de várias terras confinantes. Não sabemos a data da venda mas foi pouco depois de 1866, data da morte de Alexandre de Michellis.

Na família desse senhor se conservou a Torrinha até à cedência feita à Câmara Municipal de Lisboa dos terrenos que constituem hoje o Parque Eduardo VII.

Procurámos no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa (amabilidade que devemos ao ilustre Vice-Presidente da mesma e erudito olisipógrafo Luís Pastor de Macedo) mais alguns dados sobre os últimos tempos da Torrinha. Apenas encontrámos nota da desistência do arrendamento feito por Gustave Mathieu, inquilino da Câmara Municipal na Torrinha, casado, industrial, em troca da aquisição feita pela mesma Câmara de vários objectos ali existentes e uma indemnização de 2.910\$00 escudos. Esta escritura é de 19 de Abril de 1916. Já anteriormente a Câmara lhe tinha intimado o despejo, mas o inqui-

lino impugnara judicialmente a dita ordem obtendo que ele só tivesse lugar depois de 30 de Julho de 1914.

Matos Sequeira, em *Depois do Terramoto*, vol. II, fala de um colégio de Luís Maigre Restier que ali teria estado em 1804 e que é citado na «Gazeta de Lisboa».

Também alude o mesmo erudito Mestre a uma fábrica de velas de estearina de que foi sócio certo Castellani, citado no livro *Os excêntricos do meu tempo*.

No período abrangido pelos registos nos livros de décima nada consta sobre estes factos. Na tradição familiar também não constam o que de modo nenhum os invalida pois embora houvesse residência constante de Michellis na Torrinha desde que José Maria de Michellis a comprou até à venda pela viúva de seu filho, é possível que as instituições aludidas ocupassem outras dependências da quinta.

A demolição da Torrinha começou na sexta-feira santa, 24 de Abril de 1916 (1).

Com ela desapareceu uma nota pitoresca e tradicional da zona de Vale de Pereiro, e um gracioso edifício que, embora modesto, tinha um ar de elegância setecentista que se vai apagando nesta Lisboa tentacular, das colmeias humanas de ferro, cimento e vidro, onde tudo o que é individual ou fora dos grandes alinhamentos da produção em massa tende a ser eliminado. São no entanto as pequenas notas com individualidade própria e com passado que diferenciam um cidade com séculos de história como Lisboa, das modernas e por vezes magníficas urbes que datam do presente, mas às quais falta a irisação de poesia que só o passar do tempo cria a dar-lhes uma alma própria e individualizada.

(1) Amável informação de Matos Sequeira.

A PROPÓSITO DA INSCRIÇÃO SEPULCRAL DO FUNDADOR DA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA, DE LISBOA

por MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A data da fundação da ermida de Nossa Senhora da Oliveira — cuja sucedânea vemos incrustada num prédio de rendimento da Rua de São Julião, frente à Companhia Rádio Marconi — é desconhecida, conquanto ande muito controvertida pelos autores, que dela têm tratado.

Não obstante Vieira da Silva, em *As Muralhas da Ribeira de Lisboa* (2.^a ed., 2.^o vol., pág. 38) ter afirmado que a mais antiga referência à ermida, que encontrou, se reporta ao ano de 1381 (era de 1419), no reinado de D. Fernando, é certo que, noutro lugar da mesma obra (1.^o vol., pág. 36), cita expressamente um documento nove anos mais antigo — de 1372 (era de 1410) — se bem que do mesmo reinado.

Este último, porém, não deixa dúvidas sobre que a ermida já existiria há tempo, porquanto foi feito para demarcar umas casas que el-Rei tinha na Rua Nova, «direito com Santa Maria da Oliveira», na freguesia de São Julião.

Ora o beneficiado Jorge Cardoso, no 1.^o vol. do seu precioso *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens illustres em virtude do Reyno de Portugal e suas Conquistas* (pág. 103), publicado em 1652, afirmou que a ermida fora fundada por Pero Esteves e Clara Giraldes, havia mais de 350 anos, e acrescentou que se fazia menção do templozinho no Livro 2.^o de Doações del-Rei D. Fernando, conservado na Torre do Tombo.

Em seu parecer, por conseguinte, a fundação era anterior a 1302. Dataria, pois, do reinado de D. Dinis (1279 a 1325). É estranho, porém, que tão circunspecto autor como buscasse confirmar tamanha

antiguidade com o testemunho de um livro do reinado de D. Fernando (1367 a 1383), porventura o mesmo em que Vieira da Silva encontrou o termo datado de 1381, o qual é hoje designado por Livro 2.º da Chancelaria daquele Rei e no século XVII sê-lo-ia por Livro 2.º de Doações feitas em dias do mesmo Soberano.

Em 1706 saiu o 1.º volume da *Corografia Portuguesa*, no qual seu autor — o Padre António Carvalho da Costa — não se pronunciou quanto à data da fundação, mas esclareceu que os fundadores foram marido e mulher, ambos vimaranenses e ambos dormindo o sono dos justos no chão da ermida, cuja fundação estivera de qualquer modo ligada com a Igreja Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães.

No ano seguinte, Frei Agostinho de Santa Maria, no 1.º volume de seu opulento *Sanctuario Mariano e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora e das milagrosamente apparecidas*, tratou de invalidar o que Jorge Cardoso afirmara e fez recuar ainda mais cem anos a data da fundação, porque, muitos anos depois de fundada a ermida, foi nela instalado um hospital de eremitas de Santa Maria de Rocamador, a que também se chamou Hospital de Frei João e foi, muito mais tarde, incorporado no novo Hospital Real de Todos os Santos, ao Rossio.

No entender do autor do *Sanctuario Mariano*, Santa Maria de Rocamador passou a ser denominada Santa Maria da Oliveira, nome por que já era conhecido o orago da ermida e que provinha de certa árvore, que vicejava algures, nas cercanias do local.

E em reforço de seus pontos de vista Frei Agostinho acrescentou:

«A qual árvore ainda preservou muitos anos adiante: porque em várias memórias antigas se acha que o hospital estava situado junto á oliveira... E assim parece que se equivocou o autor da *Corografia Portuguesa* porque a Senhora da Oliveira, de Guimarães, começou a ter este título no ano de 1342.»

Sem quebra do acatamento devido a tão conspícua autoridade, importa salientar que a sua argumentação, mau grado o aparato erudito que revestia, era inconsistente, ainda que Vieira da Silva não houvesse exumado documentação, que prova, irrefragavelmente, que o Hospital de Frei João, ou de Rocamador, e a ermida de Santa Maria da Oliveira eram coisas distintas e que nada tinham que ver uma com a outra.

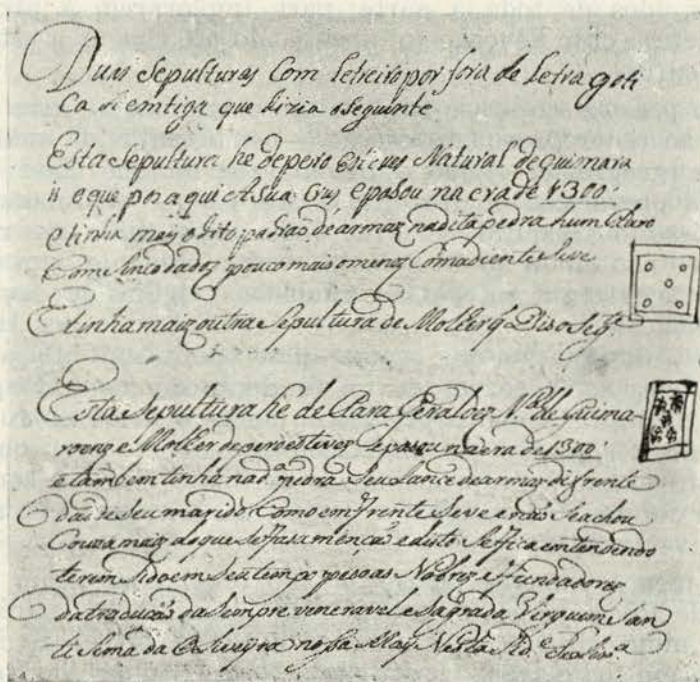
A ermida ficava situada na face meridional do adro da igreja paroquial de São Julião, cuja anexa era, e deitava sobre a Rua Nova, ao passo que o Hospital (embora se erguesse a par de um sítio que, em 1299, era denominado «a Oliveira») era fronteiro à face ocidental do adro referido, mas mediando entre ambos — adro e Hospital — uma rua pública, ao depois chamada das Esteiras.

Para mais perfeito esclarecimento do assunto passo a reportar os lugares de antanho à topografia de nossos dias.

A ermida de Santa Maria da Oliveira era sensivelmente no mesmo chão onde hoje a vemos.

A capela-mor da antiga paroquial de São Julião ficava em plena Rua Augusta, com o topo na Parceria António Maria Pereira e a parede exterior do corpo da igreja (lado do Evangelho) correndo ao longo das frontarias dos prédios do lado Sul da Rua da Conceição, a começar na Tabacaria Continental e como quem caminha para o Poente.

O Hospital de Rocamador devia ser aproximadamente no cruzamento da Rua Áurea com a da Conceição e o sítio a que ainda em 1299 chamavam «a Oliveira», suponho que ficava no local onde esteve a igreja da Conceição Nova.



A página do «Livro onde se assentam todos os papéis de importância», do Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, onde foram exaradas as cópias das inscrições tumulares dos fundadores da ermida primitiva

Foto de EDUARDO PORTUGAL

Mesmo, porém, que o Hospital tivesse funcionado (?) na ermida, repugna crer no que Frei Agostinho de Santa Maria avança, pois não é de aceitar que a designação, perfeitamente definida e aureolada por fulgurante prestígio, de Rocamador, pudesse ser levada de vencida por

uma outra, anódina, originada numa vulgar árvore, aliás não existente, e que não só ficava bastante afastada, como ainda tinha de permeio basto casario, uma rua pública e mais um rego que não se sabe bem para que servia. (Cfr. Vieira da Silva, *Obra citada*, 2.º vol. págs. 38 e 29).

Nada tirei a limpo acerca da chamada congregação dos eremitas (a que outros chamam frades cavaleiros) de Santa Maria de Rocamador, se bem que admita que a sua aparição neste Reino não deva ser anterior à subida ao trono de D. Afonso III.

Rocamador foi o mais famoso dos santuários marianos medievais do Sul da França. Situado nos confins setentrionais da velha Aquitânia, — depois Ducado de Guiena — a ele afluíam formigueiros de peregrinos, idos de toda a parte, para implorarem a protecção da Virgem Negra, cuja devoção foi alastrando até chegar a este extremo ocidental europeu.

E tão prestigioso era o título e tão entranhada e viva a devoção suscitada ao redor da sua invocação — como tantas de então, de raiz puramente geográfica — que, ao contrário do que Frei Agostinho opinou, ela prevaleceu no Hospital sobre o nome do fundador.

Por isso o Hospital de Frei João — instituído no reinado de D. Dinis, se não ainda no do Bolonhês, sob a égide de Santa Maria de Rocamador e entregue, ou não, aos cuidados e vigílias dos seus eremitas ou frades cavaleiros — não tardou em ser conhecido por Hospital de Rocamador, designação que, como disse, perdurou até a extinção, em 1501, para ser incorporado na fundação do novo Hospital Real. Ora se o título da Senhora prevaleceu sobre o nome do fundador do Hospital na designação do estabelecimento, como crer que pudesse delir-se em relação à própria imagem de Santa Maria e ser eclipsado pelo nome de uma árvore igual a tantas outras e que, para mais, nada tinha que ver com ela?

Pelo menos em três lugares de Portugal ainda hoje perdura a Senhora de Rocamador, como orago de outras tantas paróquias, por sinal que muito distanciadas entre si e com a invocação igualmente estropiada em todas três. Outra não é Nossa Senhora do Reclamador, padroeira das freguesias de Cheleiros (no concelho de Mafra), Castelo Rodrigo (no de Figueira de Castelo Rodrigo) e Casais (no de Tomar).

A deturpação é compreensível e justifica-se com o facto de se haver perdido no tempo o significado que a invocação tinha quando as paróquias nasceram.

O vetusto e curiosíssimo santuário da diocese de Cahors (hoje no departamento de Lot) quase não conta actualmente como lugar de peregrinação e muitos dos meus leitores talvez nele nunca tivessem ouvido falar.

Ainda a infirmar de todo a argumentação do piedoso autor do *Sanctuario Mariano*, acresce um pormenor de importância e que bem

mostra como era arbitrária a suposta identidade de Santa Maria da Oliveira e de Santa Maria de Rocamador — é que a festividade desta última celebra-se a 15 de Agosto (Assunção) ao passo que a da primeira é a 8 de Setembro (Natividade), como sucede em Guimarães.

Em face do exposto há que reconhecer que o Padre Carvalho da Costa se não deve ter equivocado, antes se basearia em documentação até agora não aparecida e que deveria comprovar que a ermida fundada por Pero Esteves e Clara Giraldes, como anexa à paroquial de São Julião, o foi por devoção da Igreja Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães.



Luís Pastor de Macedo, na *Lisboa de lés a lés* (2.º vol., pág. 72 e seguintes), ocupando-se da ermida e da sua reedificação pós-terramoto de 1755, trouxe a lume alguns pormenores de grande importância, recolhidos num livro, que se guarda no arquivo da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira — o «livro onde se assentam todos os papéis de importância» e em que alguém — antigo capelão ou ignorado mesário setecentista? — registou tudo o que entendeu ser digno disso.

E embora o título aluda somente a papelada, quem quer que escreveu o livro exarou nele outras coisas, entre as quais a cópia dos epitáfios, que se liam nas lousas sepulcrais dos fundadores da primitiva ermida, que ficava sobre o chafariz a que o vulgo chamava dos cavalos, quiçá porque só serviria para os animais beberem.

Para cabal comprovação dos pormenores trazidos à colação, Pastor de Macedo reproduziu fotograficamente a página do livro sobredito para que todos pudessem certificar-se, na fé de quem os registou.

Ao alto da página diz-se: Duas sepulturas com letreiro por fora de letra gótica e antiga, uma das quais dizia o seguinte:

Esta sepultura hé de pero Esteves Natural de Guimaraes e que pos aqui A sua crus e pasou na era de 1300.

Depois de subministrar outras miunças, que não importam ao caso, o escrivão copiou a inscrição da campa da esposa do fundador:

Esta sepultura he de Clara Geraldez N.^a de Guimaraens e Molher de pero estevez e pasou na era de 1300.

E o registo finda, mais abaixo:

E não se achou couza maiz de que se fasa menção e disto se fica entendendo terem sido em seu tempo pesos Nobrez e fundadorez da tradução (sic) da sempre veneravel e sagrada Virquem (sic) Santissima da Oliveira nossa May Nesta Sid.^o de Lix.^a.

Lógicamente, Pastor de Macedo concluiu (embora salientando a invulgar coincidência e ressaltando a hipótese de ter havido engano do copista) que os cônjuges fundadores da ermida, e introdutores em Lisboa do culto de Nossa Senhora da Oliveira, faleceram no ano do Redentor de 1262 (correspondente ao de 1300 da era de César) o que confirmava amplamente a notícia do *Agiologio Lusitano*, pois não seria crível que a fundação houvesse resultado de disposição testamentária executada *post-mortem*.

Depois, o meticuloso olisipógrafo confessou chãmente que não sabia interpretar as palavras do epitáfio de Pero Esteves — *e que pôs aqui a sua cruz* — registando, ao mesmo tempo, que o ilustre epigrafista Cordeiro da Sousa declarara que não se lembrava de ter lido tal expressão em nenhuma outra inscrição tumular, fosse de quem fosse ou de que época fosse.

Pretendi, por então, contribuir para o esclarecimento do enigma admitindo que se tratasse de redundância, porventura equivalente a ter pousado a sua cruz, quer dizer: a ter acabado seus dias de vida. (Cfr. *Lisboa de lés a lés*, 5.º vol., pág. 83).

Quem registou o letreiro da campa não o fizera diplomáticamente, pois desenvolvera abreviaturas (que de certeza havia) e grafara em algarismos árabes as datas que, sem dúvida possível, estariam insculpidas em letras (à romana).

Em resultado da nova achega, a data da fundação pia ficou mais incerta do que antes, porque, segundo os epitáfios dos fundadores, tinha de ser anterior a 1262 (pois nesse ano teriam falecido Pero Esteves e Clara Geraldês) ao passo que a documentação conhecida, de fins do século XIII, não só se não referia à ermida como permitia deduzir que ela ainda não existiria então.



Ora há coisa de um ano, lendo o interessantíssimo volume de A. L. de Carvalho, *Guimarães de tempos idos*, que seu autor teve a amabilidade de oferecer-me, deparou-se-me (págs. 41 a 44) uma notícia, que desconhecia por completo — o chamado «padrão do Salado», que se ergue em frente da igreja de Santa Maria da Oliveira, foi mandado colocar por Pero Esteves (natural de Guimarães, mercador de profissão, e residente em Lisboa), e posto no lugar onde se encontra no dia 8 de Setembro da era de 1380 (ano do Senhor de 1342).

A colocação do sumptuoso cruzeiro — que foi adquirido em Harfleur, na Normandia, por Gonçalo Esteves, irmão do dador — deu azo a que se operasse o prodigioso reverdecimento de uma oliveira, que ali havia e tinha secado.

Ao tomar conhecimento de tais notícias, ganhou grande vulto em minha mente o testemunho do Padre Carvalho da Costa, aliás, de

certo modo, indirectamente reforçado pela declaração do capelão ou mesário setecentista, que escreveu no livro guardado na ermida da Rua de São Julião. E' pareceu-me fora de dúvida que, de facto, deve ter havido ligação entre o sacelinho lisbonense e a vetusta fundação vimaranense.

A coincidência do nome, da naturalidade e da funda devoção do fundador de um e do ofertador do padrão, quase impunha a convicção de serem uma e a mesma pessoa.

Foi certamente uma viva devoção por Santa Maria de Guimarães, que deve ter levado Pero Esteves a recorrer a seu valimento em grave aperto em que se teria visto, fazendo, então, uma promessa, que honradamente cumpriu em 8 de Setembro (dia da sua festa) do ano de 1342.

Três dias depois — segundo o termo notarial então lavrado e a que se deve ter dado descaminho criminosamente muito mais tarde — a oliveira reverdeceu milagrosamente e, a meu ver, é naturalíssimo que esse prodígio haja feito redobrar no ânimo do mercador lisbonense o ardor da sua devoção por Santa Maria, assim como não é de admirar que ele haja interpretado o reverdecimento da estiolada árvore como um sinal palpável e inequívoco do agrado com que Deus comprovava seu zelo e sua fé.

Não é de espantar que ele se haja, de certo modo, considerado protagonista do milagre operado pela colocação da cruz. De aí o sentir-se obrigado a vincular-se de novo ao culto da que, desde então — 1342, como diz Frei Agostinho de Santa Maria estribando-se, ao mais certo, em Gaspar Estaço — entrou de ser conhecida por Santa Maria da Oliveira e cuja fama deve ter voado por Portugal fora ao ponto de, pouco mais de quarenta anos depois, num momento crucial da vida da Nação, o Mestre de Avis ter fiado a sorte das armas, em Aljubarrota, do seu valimento.

E a melhor maneira que Pero Esteves deve ter achado, para de novo se desobrigar, terá sido a fundação da ermida em Lisboa, como anexa à paroquial de São Julião, que seria a sua, pois nela ficava a Rua Nova dos Mercadores e ele era mercador e, certamente, dos mais importantes daquela época.

Mas... como conciliar as datas dos epitáfios com tudo isto?

Mete-se pelos olhos dentro que uma pessoa falecida na era de 1300 (ou seja no ano de 1262) nunca poderia oferecer um cruzeiro 80 anos mais tarde, em 1342.

Há alguma coisa que não pode estar certa e o mais natural será aceitar que o transcritor das inscrições sepulcrais as haja transcrito incompletamente, embora fosse assim que elas se patenteavam à sua observação directa, quiçá por as pedras estarem gastas no lugar onde se deveriam ler as letras correspondentes às unidades e às dezenas dos números indicativos dos anos em que os falecimentos efectiva-

mente ocorreram, se é que as lousas não estariam cortadas ou partidas de maneira a impossibilitar a leitura de tais letras, porventura em consequência de obras feitas em data indeterminada, talvez na reconstrução da segunda metade do século XVI. Importa ter presente que em 1563 a ermida foi «trespassada» à Confraria dos Confeiteiros, certamente porque os bens que os fundadores lhe haviam vinculado, mercê de sucessivas desvalorizações de moeda, não faziam face aos encargos pios. Por outro lado o edifício estaria meio arruinado, talvez em resultado de alguns abalos sísmicos muito violentos, que se sentiram em Lisboa no segundo quartel de Quinhentos. É de ver que a tradição dos fundadores se teria delido pelo que seus restos mortais teriam passado a andar em bolandas, de onde a deslocação das lápides tumulares e a sua amputação parcial, para se acomodarem a novo local. São coisas que se verificam a cada passo, pode dizer-se.

Também o registador não teve preocupações diplomáticas ou de qualquer outra índole, pelo que — como Pero Esteves e a sua legítima consorte faleceram em anos indeterminados, se bem que compreendidos entre 1300 e 1399 da era de César — ele escreveu na era de 1300 (como hoje poderíamos escrever no século XIV) não fazendo a menor ideia de que deveria ter escrito na era de 13?? — ou na de 13... — em virtude de desconhecer os dois últimos algarismos de cada uma das datas.

Pero Esteves, porém, como era vivo em 8 de Setembro da era de 1380 — dia em que presenciou a colocação da cruz que, por vontade de Deus, mandou seu irmão adquirir em Harfleur — e já não deveria ser criança — pois que desfrutava de avultados meios de fortuna, que então levavam muito tempo a agenciar — não repugna crer que possa ter passado a melhor vida, bem como sua esposa, antes de 31 de Dezembro da era de 1399, o que é como quem diz: antes do termo do ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, de 1361.

Por isso me parece lícito aceitar que se apressasse a mandar levantar a ermida, que, certamente, dotaria com largueza, embora hoje tudo se desconheça a tal respeito.

E para melhor vincar a ligação com o milagre para cuja realização — pelo menos em seu entender — contribuíra, deve ter mandado pôr em frente à porta da ermida de Lisboa um outro cruzeiro, quiçá também mandado comprar na Normandia, embora talvez não fosse tão formoso e floreado como o resguardado pelo padrão de Guimarães.

Essa cruz, que pode descortinar-se com relativa nitidez na gravura de Bráunio, existiu de certeza e por essa razão se disse no epitáfio de Pero Esteves — *e que pôs aqui a sua cruz.*

Em 1519 ainda lá estava; tanto assim que Gil Vicente lhe fez expressa e bem expressiva alusão na farsa *Auto da Índia*, quando a «Ama» diz ao «Marido» que, entre as provas inequívocas de affecto,

que dera pela pessoa dele, durante a sua ausência do Reino, avultava o ter ido certa madrugada a Nossa Senhora da Oliveira onde, *com a memória da cruz*, mandara dizer uma missa por sua intenção.



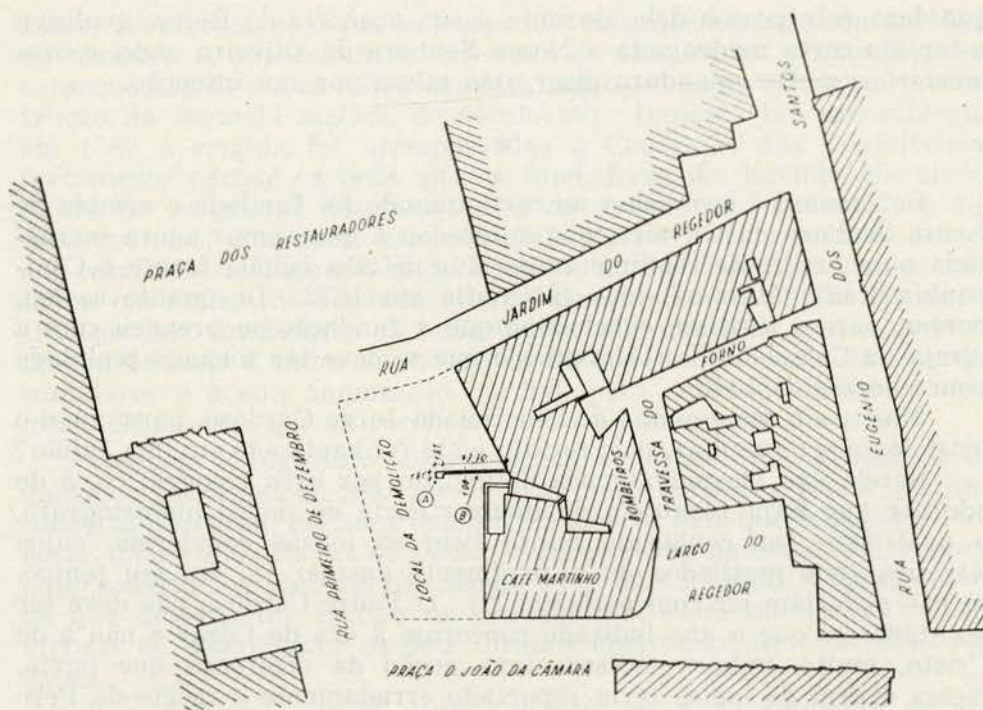
Continuamos sem saber ao certo quando foi fundada a ermida de Nossa Senhora da Oliveira, que antecedeu a que vemos agora incrustada num prédio de rendimento da Rua de São Julião, frente à Companhia Rádio Marconi, mas já existia em 1372. De quanto se leu, porém, parece legítimo concluir-se que a fundação se prendeu com a igreja da Colegiada de Guimarães e que se deve ter tornado realidade pouco depois de 1342.

Mas... e o testemunho do beneficiado Jorge Cardoso, para quem o local devia ser familiar, pois residiu e até foi baptizado em São Julião?

Se ele não chegou até nós deturpado por erro tipográfico, é de admitir que haja resultado de inadvertência do douto historiógrafo, o qual deve ter conhecido muito bem as lousas sepulcrais, cujos letreiros (por mutilados ou parcialmente gastos) já, em seu tempo, se não poderiam ler com perfeição⁽¹⁾. O Padre Cardoso não deve ter atentado em que o ano indicado concernia à era de César e não à de Cristo, muito embora tivesse clara noção da diferença que havia. Nessa ordem de ideias teria reportado erradamente a morte de Pero Esteves ao ano do Senhor de 1300, e, como escreveria em 1651 e saberia que a ermida fora edificada em vida do fundador, redigiu o passo como se lê no *Agiologio Lusitano* — há mais de 350 anos. De facto, mesmo que a fundação datasse de 1299, entre esse ano e 1651 mediavam mais de 350 anos.

(1) Uma terceira conjectura é legítima para explicar a anomalia da data — as campas terem sido mandadas executar em vida do fundador, para (quanto às datas das mortes) virem a ser oportunamente completadas por ordem de alguém, que se desleixou e não chegou a desempenhar-se da missão. Foi o que sucedeu com a de Damião de Góis, em Santa Maria da Várzea, de Alenquer.

Nesse caso a redacção seria devida ao próprio mercador da Rua Nova, o que não repugna crer, sobretudo em face do pormenor — e que pôs aqui a sua cruz — que parece denotar certa prosápia no acontecimento.



Levantamento de alguns elementos de alvenaria que se supõe terem pertencido à antiga quadrela do edifício da Inquisição e que se encontraram quando da demolição dos prédios na Rua Primeiro de Dezembro pela Câmara Municipal de Lisboa.

*Caro Sócio: Confira aos seus Amigos a
qualidade que tomou para si de*

AMIGO DE LISBOA!

O nosso Grupo
espera a inscrição deles
POR SEU INTERMÉDIO

SANTO ANTÓNIO
NUM
REGISTO DE AZULEJOS
PINTADO POR
JÚLIO DE CASTILHO

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

ALGUMAS produções de Mestre Júlio de Castilho, tanto literárias como artísticas, aparecem-nos datadas da Quinta da Vitória, em Sacavém. Refere, no n.º 80 do OLISIPO, o nosso Secretário-Geral, Sr. Dr. Eduardo Neves, a existência — nas colecções do seu colega Sr. Dr. Álvaro de Serra Negrão — de um curioso desenho à pena, assinado por Castilho e datado daquela quinta. Diz-nos mais que a sala, reproduzida no desenho, se situava na casa da Quinta da Vitória hoje pertença do Sr. Henrique Chatelanaz e se encontra à beira da estrada Lisboa-Porto, à direita de quem vier da Rotunda da Encarnação.

Ao esmiuçar elementos que se prendem com o local de onde foi recolhido o registo de azulejos, objecto do presente artigo, tomámos conhecimento de factos que nos levam a dizer que a sala figurada no referido desenho não é de localizar na casa mencionada, mas sim numa outra por onde Júlio de Castilho passou, não sabemos se como hóspede se como locatário, e que se integrava na velha Quinta da Vitória.

Tal moradia ainda hoje existe, já em quase completo estado de ruína, e foi pertença de Anselmo Braamcamp Freire, que a houve de seu tio José Augusto Braamcamp. A Rua de Sacavém de Cima, onde se encontra, chamou-se «Direita», apesar de muito torta, e há bastantes anos recebeu a designação de «Rua José Augusto Braamcamp». Trata-se de uma casa apalaçada, de linhas sóbrias mas elegantes, com todo o ar século XVIII,

seus três pisos, pátio interior e jardins, estes também muito abandonados mas onde ainda se encontram um lago e umas velhas esculturas decorativas. É de sublinhar a traça elegante das grades de ferro que guarnecem as janelas de sacada do andar nobre.

Tem anexa a capela, igualmente em estado de conservação muito precário, mas a fachada, ainda intacta, apesar de simples tem certa nobreza e, pelas suas dimensões, domina o palácio. O vértice superior do frontão é encimado por uma bonita cruz de ferro e de cada lado da respectiva base ergue-se um fogaréu.

Tal casa está hoje na posse das senhoras D. Maria Luísa da Cunha Monteiro de Andrade e Sousa e D. Maria Bárbara da Cunha Monteiro. Foi-lhes legada pela viúva e prima de Anselmo Braamcamp Freire, da casa dos Condes de Lumiares.

É à amabilidade de um filho da primeira de aquelas senhoras, o ilustre architecto Sr. João de Andrade e Sousa, que devemos a identificação do quadro de Castilho como reproduzindo a sala nobre da casa de Sacavém de Cima. Este esclarecimento parece-nos bem valioso e eloquente, tanto mais que o desenho foi feito do natural.

A quinta em questão constituiu uma propriedade de vastas dimensões, e tudo indica que uma das extremas se estendia fronteira, pelo lado Poente, à casa de que nos estamos ocupando. Aquela foi desdobrada por vários possuidores, depois da morte de Braamcamp Freire, e é um ou mais desses desdobramentos que hoje arredondam a quinta do Sr. Chatelanaz. O troço novo da estrada Lisboa-Porto, construído — e em boa hora — há alguns anos, foi lançado através de terrenos que, em grande parte, a esta propriedade pertenciam.

A Quinta da Vitória — di-lo o Mestre no seu exaustivo estudo genealógico sobre a família Braamcamp, estudo inserto no *Bairro Alto* — foi cabeça do morgadio de Nossa Senhora da Vitória instituído, em 9 de Dezembro de 1768, pelo Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, Carlos António da Silva Franco, que foi casado com D. Clara Rosa de Moura. Uma filha deste casal, D. Maria Antónia da Silva Franco de Moura veio a casar com José Francisco Braamcamp de Almeida Castelo Branco. Aquela senhora, que foi a herdeira de seu pai, faleceu em 1788 mas a casa e a Quinta da Vitória aparecem, nos «Livros das Décimas», registadas em nome de D. Clara Rosa de Moura até 1794 e só a partir



Registo de azulejos pintado por Júlio de Castilho



Printed in London by the British Museum Press

do ano seguinte passa a figurar como proprietário José Francisco Braamcamp de Almeida Castelo Branco.

O conjunto de edifícios agora pertencente ao Sr. Chatelanaz, ressalvadas outras construções que lá teriam sido feitas em épocas posteriores, deveria talvez ter constituído inicialmente a série de instalações indispensáveis a uma exploração agrícola vultosa como seria a da Quinta da



Estado actual do palácio da Quinta da Vitória, em Sacavém de Cima

Vitória em seus tempos áureos. Admitimos, porém, uma outra hipótese e é a de que este grupo de edificações houvesse pertencido a outra quinta integrada na da Vitória. Sabemos que por aqueles sítios existiram quintas chamadas da Várzea, da Condessa, da Paciência, do Marchante, etc. Parece-nos curioso registrar que a da Condessa pertencia em 1798 a José

Francisco Braamcamp e, mais tarde, a sua filha D. Maria Inácia. É assim descrita nos «Livros das Décimas»: «Quinta da Condessa com casas nobres, lagar, terras, vinhas, olival e pomar de caroço».

★

Figura hoje na valiosíssima «antoniana» do nosso querido Amigo, Sr. Dr. Estêvão Amaral Fortes, um registo de azulejos assinado «J. de Castilho». Está datado de Dezembro de 1899 e representa Santo António. Pintado a azul, de tom vigoroso, compõe-se de seis azulejos, dispostos dois a dois no sentido vertical e mede 32 x 48 centímetros. A toda a largura e por sob a imagem corre uma cartela com a legenda «Dive Antoni ora Pro Nobis».

Este registo, vindo às mãos do seu actual detentor por oferta do Sr. Architecto Andrade e Sousa, assentou durante largos anos na parede, situada à esquerda de quem entra, do pátio interior do atrás descrito solar da Quinta da Vitória, em Sacavém de Cima. Aquele registo é nitidamente inspirado num outro, este impresso e talvez setecentista, que representa «Santo António, O Pobre, da Irmandade venerada no Convento de Jesus». Vem reproduzido a pág. 308 do 3.^o volume, 2.^a edição, do *Bairro Alto*.

E, já agora, mais umas notícias.

No primeiro andar da já descrita residência, e numa das paredes do salão nobre, esteve também colocado um pequeno quadro, composto por quatro azulejos, assinado por Júlio de Castilho que nele pintou o retrato de seu pai. Tal quadrinho foi retirado há tempos e encontra-se a bom recato, assim como os silhares de azulejos que guarneciam aquela dependência e a escadaria.

Mais duas obras do Mestre, mais dois traços da sua frequência desta casa — porque de ela procedem e porque Castilho e Braamcamp Freire foram amigos devotados — guarda o Sr. Architecto Andrade e Sousa. A primeira é uma cópia a sanguínea de um desenho de carácter religioso da autoria de Vieira Lusitano; a outra um pequeno óleo reproduzindo uma paisagem não identificada.

As Barreiras de Lisboa no Século XVIII

por CARLOS ALBERTO LOPES TEIXEIRA

EM 28 de Março de 1791 foi decretado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, José de Seabra da Silva, o estabelecimento de barreiras, por meio de cancelas, no Termo de Lisboa assim como, mais tarde, em muitas outras cidades e vilas mais importantes do País, «aonde o Transporte e a Viagem pague as módicas porções abaixo declaradas, a fim de que as Estradas tenham hum prompto, e contínuo reparo, sem que para isso intervenha serviço algum gratuito, de que possa resultar incommodo, e oppressão aos Povos». Esta contribuição não se destinava sòmente para reparação das estradas existentes, mas também para abrir novas vias de comunicação através do País.

Junto de cada cancela estava construída uma casa para abrigo do cobrador da barreira contra os rigores do tempo. Perto desta, estava colocada uma tabuleta, bem visível, com os preços marcados, para que se evitasse qualquer fraude contra o público.

Os preços da tabuleta eram os seguintes:

«Por hum Carro a dois Bois, ou Bestas 40 réis, a quatro, 120 réis.

Por huma Sege, ou Liteira 100 réis.

Por huma Carruagem a duas Bestas 120 réis, a quatro 240 réis.

Por huma Besta de Viagem, ou Transporte 15 réis.

Por hum Jumento, na forma dita 5 réis.

Bois, Vaccas, ou Bestas conduzidas em Manadas, por dez 40 réis, e sendo o número menor, por cabeça 3 réis.

Gado de Lã, Cabradas, ou Porcos na forma dita, por dez 20 réis, e sendo o o número menor, por cabeça 3 réis.

Nos Carros, Seges e Carruagens se guardará sempre a proporção assima estabelecida quando o número das forças vivas fôr maior, ou menor do que se acha declarado.»

Os carros daquela época, que tivessem eixo firme e não ultrapassassem as quatro polegadas de largura na ferragem de cada roda, atrelados a uma junta de bois ou a uma parrelha de quaisquer outros animais, estavam isentos por dez anos de contribuição das barreiras. Mas sendo os carros puxados a quatro animais já pagavam 60 réis, quando atravessassem as cancelas das barreiras. Os veículos de duas ou de quatro rodas, construídos da mesma forma acima indicada, mas cuja ferragem nas rodas tivesse seis polegadas de largura, estavam também isentos, por dez anos, de contribuição de barreira sem limite de «forças vivas».

O tempo de isenção estava marcado numa chapa de ferro ou de bronze bem como a Marca Real, que todos os carros, nas condições acima indicadas, eram obrigados a trazerem em sítio destacado a fim de facilitar o seu reconhecimento pelos cobradores de barreira.

As barreiras de Lisboa eram formadas por duas cancelas cada uma, sendo uma de entrada e outra de saída, mas em ambas elas sòmente se pagava a taxa de uma barreira, para o que os cobradores eram obrigados a entregar um bilhete de senha, pelo qual, no dia da sua data passasse livremente qualquer das outras barreiras da cidade. Nenhum dos pagamentos expressos era cobrado mais de uma vez, em cada 24 horas, «contadas desde que sahe o Sol».

Era expressamente proibido, sob pesadas multas, aos proprietários de terrenos confinantes com as barreiras darem livre passagem pelas suas propriedades em fraude das mesmas barreiras, assim como eram castigados todos aqueles que fugissem ao pagamento. Havendo violência ou arrombamento das cancelas os responsáveis eram entregues a um juiz que procederia conforme as Leis do Reino.

A administração das barreiras estava entregue ao Superintendente Geral das Estradas que nomeava, por três anos, cobradores de administração. Estes possuíam um livro para nele escriturarem as receitas e despesas das barreiras. No fim de cada ano procedia-se ao apuramento dos lucros.

O Superintendente Geral devia dispensar todo o cuidado para que existisse a mais pronta assiduidade da parte dos cobradores das barreiras para se evitar qualquer engarrafamento que pudesse prejudicar o trânsito.

O mesmo funcionário nos primeiros dois meses de cada ano visitava as barreiras, rubricando os regulamentos e tomava as providências que lhe parecesse necessárias, a fim de facilitar a execução do trabalho dos encarregados da administração.

Quando o Superintendente terminava as suas visitas habituais de inspecção às barreiras, era obrigado a apresentar, na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, um mapa económico, no qual mostrasse com toda a clareza o produto apurado nas barreiras, assim como a sua aplicação no ano antecedente, a fim de dar a conhecer a sua responsabilidade ao ministro de Estado, para que este lhe determinasse as alterações que julgasse mais convenientes, assim como, as futuras modificações dos preços das barreiras.

Vejamos, agora, como era aplicado o rendimento das barreiras.

Logo que era aberta uma nova estrada ou qualquer das existentes fosse reparada com o lucro apurado das barreiras, o Superintendente Geral das Estradas contratava operários effectivos (antepassados dos actuais cantoneiros) para a sua conservação, conforme exigisse a natureza do terreno onde estavam construídas, aos quais mandava entregar as ferramentas necessárias para tal serviço. Os mesmos operários serviam, também, de guardas das estradas, não consentindo que nelas pusessem matos, estrumes, pedras, lenhas, madeiras ou quaisquer outras coisas, visto que tudo isto embarçava a passagem, contribuindo assim, para a sua ruína, as quais deviam conservar-se permanentemente aptas tanto para o trânsito de veículos como para uso público e não para utilidade de particulares; os que transgredissem pagariam 200 réis de multa para o guarda, toda a vez que contraviessem.

Era proibido nas estradas estacionarem os boieiros, os carreiros e os almocreves, a fim de descansarem ou darem rações aos seus animais e terem nas mesmas, carros, seges ou carruagens, sob pena de pagarem 200 réis de multa. Para estacionamento, haviam-se formado, a distâncias regulares, uns terreiros separados das estradas e circundados de árvores, em cujas sombras os boieiros, carreiros e almocreves podiam parar os carros e carruagens para seu descanso e o dos seus respectivos gados. Estes parques de estacionamento eram construídos, quando possível, nas proximidades de fontes.

Quando se edificavam casas, cuja serventia fosse fronteira à estrada, o construtor devia guardar um intervalo de dez palmos, cerca de 2 metros,

entre a construção e a berma da estrada, para não embaraçar o trânsito público.

Os guardas deviam ter sempre os fossos e os aquedutos desentupidos e não consentir que os lavradores conduzissem ou atravessassem as águas para as suas propriedades através das estradas, o que só era permitido pelos fossos e aquedutos. Deviam ter, também, todo o cuidado em que as águas, das enxurradas, não transbordassem dos fossos para as estradas.

Os guardas deviam trabalhar para manter a forma abaulada estabelecida na construção das estradas e logo que se notassem quaisquer ruína, abatimento, buraco ou rotura, causados pelos transportes ou pelas chuvas as consertassem, lançando-lhe cascalho, pedra britada ou saibro, tudo batido a maço, a fim das estradas se conservarem sempre lisas, sem covas ou atoleiros.

Os mesmos guardas eram obrigados de vigiar e de tratar as árvores plantadas à beira das estradas. Se alguém arrancasse, cortasse ou quebrasse alguma, era obrigado, se fosse abonado, a pagar dez árvores da mesma espécie, por cada uma que destruísse, sendo pobre, seria condenado em seis dias de trabalho nas estradas.

O Superintendente Geral das Estradas ordenava que, na Primavera e no Outono, de cada ano, os «Officiaes Engenheiros» inspecionassem as estradas e o informassem do serviço dos guardas ou de qualquer obra, que de novo fosse necessária fazer, a fim de se evitar alguma grave danificação, para que ele tomasse todas as providências, que julgasse convenientes à sua conservação.

Pérola do Rossio

L i m i t a d a

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

A actividade cultural do trimestre passado teve de início a sequência da exposição sobre «Uma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda», que esteve aberta até ao fim de Abril e que, entre numerosos visitantes, cerca de quinhentas pessoas, foi visitada em 16 de Abril por S. M. o Rei Humberto de Itália que, além de ter cedido algumas espécies que figuraram na exposição, muito se interessou por ela.

Por motivo de doença do conferente, foi adiada para 22 de Maio a conferência anunciada sobre a *Torre de Belém*, e nos dias 16, 17 e 18 de Abril realizaram-se visitas de estudo à Fábrica de Chocolates «Favorita», na Penha de França, sendo as visitas dirigidas pelo gerente-técnico Sr. Augusto Gonçalves e os visitantes recebidos pelo director Sr. Mário Águia Pina. Essas visitas, largamente frequentadas, foram acompanhadas pelo Secretário-Geral e aos visitantes foram feitas gentis ofertas pelos proprietários da fábrica.

A 24, realizou-se a 22.^a sessão dos *Colóquios Orlisiponenses*, em que tomaram parte os consócios Srs. Dr. Ferreira de Almeida, que dissertou sobre *Parques Subterrâneos para Automóveis*, Eduardo Portugal, que falou sobre as *Árvores do Passeio Público* expondo algumas fotografias da sua colecção e Hugo Raposo que se ocupou de *O Centenário do Asilo de Santa Catarina e o Convento de S. João Nepomuceno*. Este Asilo fundado em 1858 por ocasião de epidemia da «Febre-Amarela» e «Cólera-Morbus» pelo livreiro lisbonense Joaquim Manuel Martins teve e tem larga actividade benemerente para meninas pobres da freguesia de Santa Catarina e limitrofes.

A 15 de Maio, na sede, realizou o sócio Sr. Francisco de Oliveira Martins, uma conferência sobre o *Colégio de Meninos Órfãos de Jesus, da Mouraria, sua projecção no Ultramar Português e o mais que dele se disser*. A esta conferência, que foi largamente concorrida, presidiu o Secretário-Geral tendo estado na mesa o actual regente de estudos da Casa Pia de Lisboa, onde o conferente é professor.

A 22, realizou-se na sede a conferência anunciada para Abril sobre a *Torre de Belém*. O conferente, o sócio Sr. Alfredo Ferreira do Nascimento, fez a propósito um exposição biblio-iconografia e de outras curiosidades afins ao tema versado, exposição que se prolongou até ao fim do mês. A conferência foi presidida pelo Sr. Eng. Teixeira Duarte Vice-Presidente da Assembleia-Geral e o conferente apresentado pelo Presidente da Junta Directiva que com o consócio Mário de Sampayo Ribeiro, tomou parte na discussão do tema apresentado.

A 30, na Igreja de S. Roque, realizou-se uma *Audição de Música Sacra Portuguesa dos Séculos XV e XVI* pelo Grupo «Polyphonia» da direcção do consócio Sr. Mário de Sampayo Ribeiro. O templo foi gentilmente cedido pelo Ex.^{mo} Sr. Provedor da Santa-Casa da Misericórdia de Lisboa e a audição que a todos encantou teve larga concorrência.

A 24, abriu a «Feira do Livro» em que, como é hábito, convidados pelo Grémio Nacional dos Editores e Livreiros Portugueses o Grupo esteve representado com barraca própria e tendo comparecido à inauguração os directores Srs. Hugo Raposo e Dr. Eduardo Neves, e o membro da Comissão de Contas Sr. José Francisco de Oliveira. A Feira prolongou-se até 10 de Maio.

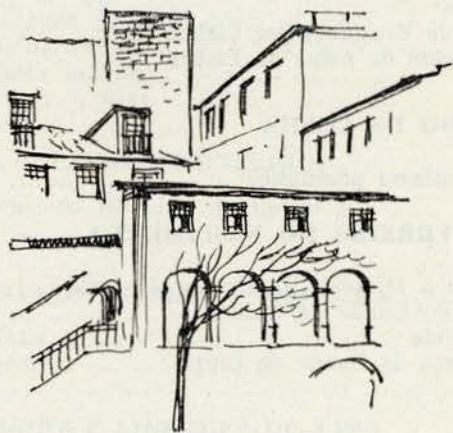
A 13 de Junho, o Grupo comemorando o dia de Santo António de Lisboa, realizou no Tejo, dois passeios: o primeiro, de manhã, à vila de Montijo onde os visitantes foram recebidos pelo Vice-Presidente da respectiva Câmara, Sr. António Serra Júnior, sendo visitados os novos mercado e cinema e a interessante Igreja Matriz. À tarde, no mesmo barco, realizou-se o segundo passeio, desde o limite norte da cidade, junto ao rio, até à barra do Tejo, tendo durante o passeio o sócio Sr. Jorge Rebelo, falado sobre Fialho e o Tejo; e sua esposa, a Sr.^a D. Lucinda Rebelo declamado algumas poesias alusivas ao Tejo e a Lisboa, da autoria de Garrett, Cesário Verde e Santa Rita.

A 19, realizou-se a 23.^a sessão de *Colóquios Olisiponenses* presidida pelo Secretário-Geral em que os sócios Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento e Mário Sande Freire dissertaram sobre *Cinco Reizinhos para o Santo António* e *Do Sítio do Rato a sua remodelação*, tendo o primeiro apresentado uma curiosa espécie referente às disposições sobre o peditório para a construção da *Casa de Santo António*.

A 26, a consócia Sr.^a D. Guida Keil realizou na nossa sede uma conferência intitulada *Francília, Pastora do Tejo*, em que referiu a actividade poética de Francisca de Paula Possolo, nascida em Lisboa em 1783. A conferência foi ilustrada com declamações pela Sr.^a D. Maria Spranger e foi presidida pelo Secretário-Geral que na mesa, a seu lado, teve a Sr.^a D. Maria Lino Possolo da Costa e o Sr. Dr. Guilherme Possolo representantes da família de Francília. Foi uma noite de arte interessantíssima.

A 29, deslocou-se um grupo de cerca de uma centena de sócios a Montemor-o-Novo em visita, cultural ao local do nascimento do santo português S. João de Deus, que tem em Lisboa uma freguesia de sua evocação. A visita dirigida pelo coronel de artilharia Sr. Armando José de Matos, que decorreu com grande interesse, fez-se em dois autocarros e em Montemor foi servido um almoço regional.

E. N.



LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS
À VENDA NA SEDE

77

VÁRIA

PREÇOS

	Sócios	Público
Noite de evocação do Leão de Ouro	13\$50	15\$00
Urbanização de Lisboa	4\$50	5\$00
A Cor de Lisboa	13\$50	15\$00
Olisipos (estão esgotados os números 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 34, e 43) ... cada, dos que existem,	18\$00	20\$00
Evocação do Café-Restaurante Tavares	4\$00	5\$00
Jantar de Confraternização na Casa do Leão	4\$00	5\$00

A. VIEIRA DA SILVA

O Castelo de S. Jorge	13\$50	15\$00
A Ponte de Alcântara	13\$50	15\$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13\$50	15\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	13\$50	15\$00

DR. ALFREDO DA CUNHA

Olisipo berço do periodismo português	13\$50	15\$00
--	--------	--------

ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa	13\$50	15\$00
Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos	13\$50	15\$00
O Quartel de Campolide	13\$50	15\$00
O Quartel do Regimento do Conde de Lippe	13\$50	15\$00
A Torre do Bugio	18\$00	20\$00

DR. ANTÓNIO QUADROS FERRO

O Enigma de Lisboa	7\$00	7\$50
---------------------------	-------	-------

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão	13\$50	15\$00
O Campo de Santa Clara... ..	13\$50	15\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9\$00	10\$00
Hagatelas de tempo vário	9\$00	10\$00

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
------------------------	--------	--------

DR. EDUARDO NEVES

Homenagem a Matos Sequeira...	13\$50	15\$00
Um Arcebispo-Primaz natural de Lisboa	13\$50	15\$00
João Alberto Pereira de Azevedo Neves	13\$50	15\$00
Um desenho a pena da autoria de Júlio Castilho	13\$50	15\$00

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	13\$50	15\$00
-------------------------	--------	--------

P.º FRANCISCO LEITE FARIA

Lisboa e S. Lourenço de Brindes	13\$50	15\$00
Alvoroço na Lisboa setecentista	13\$50	15\$00

FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras...	22\$50	25\$00
O Senado da Câmara e a Guerra Civil	27\$00	30\$00
Três Touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
Palácios Reais de Lisboa	45\$00	50\$00
Guia do Olisipo n.º 1 a 11	7\$50	8\$00
» » » n.º 12 a 20	9\$00	10\$00
Visite Lisboa, 4.ª ed.	63\$00	70\$00
Vinte e cinco anos na vida duma capital	54\$00	60\$00
Portugal País de Turismo, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º vols.	135\$00	150\$00
Lisboa das sete colinas	36\$00	40\$00
Lisboa vista em 5 dias	13\$50	15\$00

DR. GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém	18\$00	20\$00
D. Gilberto	13\$50	15\$00

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	9\$00	10\$00
Lisboa (Comédia)	18\$00	20\$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais	45\$00	50\$00
----------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo	9\$00	10\$00
---	-------	--------

JOÃO MONTEIRO

Estrada de Sacavém	27\$00	30\$00
--------------------	--------	--------

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
-------------------------	--------	--------

LUÍS MOITA

O Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses 7\$00 7\$50

LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina 6\$70 7\$50
A Rua das Canastras 7\$20 8\$00
Críticas, Correções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de hoje»
do Sr. Paulo Freire 9\$00 10\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da
Freguesia da Sé 9\$00 10\$00
Ascendentes de Camilo 13\$50 15\$00

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» e o Século XIX 4\$50 5\$00

LUÍS TRINDADE

Janelas de Alfama 18\$00 20\$00

DR. MANUEL VICENTE MOREIRA

O Problema da Habitação 27\$00 30\$00

MÁRIO COSTA

Da Rua Nova à Rua dos Capelistas 18\$00 20\$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com
Carlos II de Inglaterra 9\$00 10\$00
Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da
Escola Politécnica 13\$50 15\$00
O Sítio de Santo Amaro 18\$00 20\$00
O Palácio do Manteigueiro 18\$00 20\$00

MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO

A Igreja e o Convento da Graça 13\$50 15\$00
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.ª Maria de Belém 45\$00 50\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia a S. Vicente... .. 9\$00 10\$00

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas
da edificação citadina 9\$00 10\$00

DR. RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense... .. 45\$00 50\$00

TINOP

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols.... .. cada 13\$50 15\$00

Algumas Edições
da
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Publicações do 8.º Centenário da Conquista da Cidade:

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DE LISBOA — *Livro I de Místicos e Livro II del Rei D. Fernando; Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Diniz, D. Afonso IV e D. Pedro I; Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565, 4 volumes; Livro I do Tombo das Propriedades Foreiras à Câmara desta mui insigne cidade de Lisboa, 2 volumes; Cabido da Sé, Sumários de Lousada...* (1x e último volume).

GRADES DE LISBOA — pelo Dr. *Jaime Lopes Dias*.

LISBOA — Oito Séculos de História — em 21 fascículos, sob a direcção de *Gustavo de Matos Sequeira* e com a colaboração literária de escritores da especialidade.

S. JOÃO DE BRITO — pelo Dr. *Marinho da Silva*.

Outras Publicações Culturais:

CASAS DA CÂMARA DE LISBOA — por *Luis Pastor de Macedo e Norberto de Araújo*.

A FREGUESIA DE S. TIAGO (2 vols.) — por *Ferreira de Andrade*.

A FREGUESIA DE S. CRISTÓVÃO (2 vols.) — por *Ferreira de Andrade*.

A FREGUESIA DE SANTA CRUZ DA ALCÁÇOVA DE LISBOA — por
Ferreira de Andrade.

AS FREGUESIAS DE LISBOA — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva.*

DISPERSOS (1.º vol.) — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva.*

DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE LISBOA — *Livros de Reis* (1.º e 2.º vols.)

COLECTÂNEA OLISIPONENSE (1.º e 2.º vols.) — por *J. M. Cordeiro
de Sousa.*

ENSAIOS DE KANT A PROPÓSITO DO TERREMOTO DE 1755 — tra-
dução do Dr. *Luís Silveira.*

HISTÓRIA DOS MOSTEIROS, CONVENTOS E CASAS RELIGIOSAS DE
LISBOA (vol. 1.º)

INVENTÁRIO DE LISBOA (fasc. 1 a 12) — por *Norberto de Araújo.*

JARDINS E PALÁCIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA — por *Cassiano
Neves*

LISBOA SEISCENTISTA — por *Fernando Castelo Branco.*

O POEMA DE LISBOA — por *Augusto de Santa Rita.*

LISBOA ANTIGA — O Bairro Alto (vols. 1.º, 2.º e 3.º) — por *Júlio de Castilho.*

REVISTA MUNICIPAL — da direcção do Dr. *Jaime Lopes Dias.*

UM GRANDE
ACONTECIMENTO CULTURAL

Acaba de aparecer o

CANCIONEIRO DE LISBOA

(Séculos XIII-XX)



*Leitura, escolha e ordenação dos Poemas, introdução e notas críticas
por*

João de Castro Osório

*Uma obra única no género, abrangendo mais de 430 composições de
162 poetas portugueses e brasileiros que, ao longo de oito séculos, can-
taram e enalteceram a cidade e o Tejo.*

Três grossos volumes de 418, 412 e 684 páginas, com 90 seleccionadas
ilustrações de aspectos artísticos da capital, reproduzidas de quadros,
desenhos, iluminuras e gravuras, e de retratos e bustos de poetas da
autoria de Mestres consagrados.

*Edição da Câmara Municipal de Lisboa
de esmerada apresentação gráfica*



Os três volumes brochados : Esc. 200\$00

Pedidos ao GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Largo Trindade Coelho, 9, 1.º — LISBOA

L I V R A R I A
P O R T U G A L

Rua do Carmo, 70

L I S B O A

Telefone P. P. C. 30582, 30583 e 28220

• *LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS*

Serviço rápido de encomendas

Informações Bibliográficas

Dirijam os seus pedidos à

P O R T U G A L

Rua do Carmo, 70 — Lisboa

Angelo G. Ramalheira

ENGENHEIRO CIVIL

Construções

Projectos de Estabilidade

Betão Armado

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E. — Tel. 493 13

L I S B O A

Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º — Tel. 262 51

P O R T O

O F I C I N A S
G R A F I C A S

Ramos, Afonso & Moita

L I M I T A D A

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16

L I S B O A

S. Vicente de Fora

OURO, PRATA E JOIAS

BARATÍSSIMAS

Grande sortido de objectos de ouro em 2.^a mão só pelo peso

VENDE

a Antiga Ourivesaria

MIGUEL A. FRAGA, L.^{DA}

Pavilhão dos Ourives - Largo Martim Moniz, Loja 18 - Tel. 86 42 03 - LISBOA

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

Capital Realizado Esc. 200.000.000\$00

Reservas Esc. 110.000.000\$00

RUA DO COMÉRCIO, 95 A 119

L I S B O A

Filiais - Porto, Coimbra, Braga, Covilhã, Faro, Guimarães e Ponta Delgada.

Agências - Abrantes, Alferrarede, Anadia, Castelo Branco, Espinho, Estoril, Figueiró dos Vinhos, Gouveia, Guarda, Leiria, Mangualde, Montemor-o-Novo, Montijo, Moura, Olhão, São João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Torres Vedras, Tortozendo e Vila Franca de Xira.

Dependências urbanas:

LISBOA - Alcântara, Almirante Reis, Belém, Benfica, Camões, Campolide, Conde Barão, Graça, Poço do Bispo, Praça do Brasil, Praça do Chile, Praça Duque Saldanha e Praça de Londres.

PORTO - Carvalhinho, Costa Cabral e Matosinhos.

T O D A S A S O P E R A Ç Õ E S B A N C Á R I A S

Completamente Remodelada

Reabriu de novo para bem servir a sua numerosa clientela,
com um sortido completo de

Pincéis, telas e tintas de óleo para aquarela, desenho e guaches das marcas

LEFRANC, WINDSOR, PELIKAN, SCHMINCKE, etc.

^a Papelaria Camões de AUGUSTO RODRIGUES & BRITO, LDA

42, Praça Luís de Camões, 43 - Telef. 2 30 63 - LISBOA

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros

Capital e Reservas:

220 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

Casa Maciel, Lda.

CASA FUNDADA EM 1810

Premiado nas exposições de Rio de Janeiro 1922, Barcelona 1929, e Industrial Portuguesa

FABRICANTE DE
LANTERNAS
em todos os estilos

Sortido completo em louças, folha de Flandres, ferro esmaltado, alumínio, Porcelanas, vidros e artigos de ménage

Tel. 224 51

63, Rua da Misericórdia, 65 — LISBOA



Companhia Nacional de Navegação

A MAIS ANTIGA EMPRESA ARMADORA
PORTUGUESA NAS CARREIRAS DE ÁFRICA

Sede: Rua do Comércio, 85 — LISBOA — Telefones 2 30 21 e 2 30 26

Sucursal: R. Infante D. Henrique, 73 — PORTO — Telefones 2 24 38 e 2 24 39

Serviço rápido de carga e passageiros para a África
Occidental e África Oriental, Índia, Macau e Timor

FROTA

Navios de passageiros		Navios de carga		Rebocadores
	D. W.		D. W.	
Moçambique	9.423	Sofala	12.145	Aveiro
Angola	9.550	Moçâmedes	9.120	Douro 1.º
Niassa	10.000	Rovuma	9.120	Beira
Quanza	6.230	S. Tomé	9.050	Cuio
Zambézia	1.857	Nacala	3.370	Lanchas em serviço
Lúrio	1.857	Tágus	1.630	Lucala
Índia	7.000	Chinde (em const.) ...	—	A
Timor	7.000	Angoche (em const.) ...	—	C
Save	1.330			D
1 Pacote (em const.)	20.000			E
				F

33 batelões em serviço

Companhia de Diamantes de ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00



Pesquisa e extracção de diamantes
na
PROVÍNCIA DE ANGOLA
em regime de exclusivo



Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente

Com. Álvaro Morna

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Mr. Firmin Van Brée



DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. Gijsbert Paz Andringa

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Silvio Guimarães



GAIVOTAS, LDA.

FÁBRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811

Telefs. 663177/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

LISBOA

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS

CARVÃO

SEGUROS

REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)

FOLHA DE FLANDRES E AÇOS

EXPORTAÇÕES

IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM (S. A. R. L.)

1850

TELEFONES P. P. C.:

2 4958 - 2 3902 - 3 5941 - 3 67276 - 3 6324

Faianças de Fantasia e de uso doméstico . Loiça Sanitária e de Grés Cerâmico . Azulejos . Mosaicos

A mais perfeita Fabricação

LISBOA - Av. da Liberdade, 49/57

PORTO - Rua dos Carmelitas, 40
Telef. 2 20 33

COIMBRA - Rua Dr. Rodrigues, 13
Telef. 2 35 44

Casa Batalha

FUNDADA EM 1635

GINÁSIO CLUBE PORTUGUÊS

PRETENDER definir a acção exercida no desporto nacional pelo Ginásio Clube Português, em oitenta anos de actividade ginasista, é tarefa de assustar o mais experimentado nestes assuntos.

É lugar comum afirmar-se, ante qualquer evento, ter sido preenchida uma lacuna. O mesmo poderemos escrever do G. C. P., cuja fundação obedeceu, simplesmente, ao desejo de uma juventude irreverente, ansiosa de imitar as proezas dos artistas de circo, no momento os heróis da sua imaginação. Deste intento primário, que parecia condenado pela época — estávamos em 18 de Janeiro de 1875 — nasceu uma das mais belas afirmações de clubismo nacional. Com efeito, desde a Caldeirinha do Socorro, até às actuais instalações da rua Serpa Pinto — e isto para não falar na futura e magnificente sede ginasista — o G. C. P. marcou como pioneiro da Causa Desportiva.

A ele se deve a introdução de quase todas as modalidades desportivas praticadas em Portugal, nunca descurando, porém, a sua função primordial de defensor acérrimo da prática da educação física da nossa mocidade, como veículo ideal da melhoria das condições de eugenia da raça portuguesa.

Desta acção profícua muito haveria a dizer, mas podemos consubstanciar a valia do seu trabalho nas numerosas condecorações que o seu standarte orgulhosamente ostenta. E como demonstração da maneira como a sua função de precursor é mundialmente apreciada, bastará citar que o Comité Olímpico Internacional o galardoou, em 1950, com o Troféu Fearnley, o «prémio Nobel» do Desporto, até hoje atribuído em todo o mundo somente a duas colectividades, uma das quais — para honra de todos nós — é o prestigioso «Real» Ginásio Clube Português.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

LUABO

e

MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

12
NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOI